

Comissão Central de Pós-  
Graduação  
CCPG



Ata  
424<sup>a</sup> Reunião  
Ordinária

12/03/2025

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA (424<sup>a</sup>) REUNIÃO DA COMISSÃO  
2 CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e  
3 cinco, às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade  
4 Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a  
5 Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a presidência da Professora Doutora  
6 **Raquel Meneguello** e com o comparecimento dos seguintes Membros: Alexandra Christine  
7 Helena Frankland Sawaya (FCF), Angélica Aparecida de Toledo (Representante Discente  
8 Titular), Ângelo José Fernandes (IA), Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Cassandra Justina  
9 Souza Maia (Representante Discente Titular), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Cristiane  
10 Machado (FE), Enelton Fagnani (FT), José Guilherme Cecatti (FCM), Lailson Oliveira de  
11 Sousa (Representante Discente Suplente), Lígia de Moraes Antunes Correa (FEF), Liliana  
12 de Oliveira Rocha (FEA), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Mauro Cardoso Simões (FCA),  
13 Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Paulo Sérgio  
14 Fracalanza (IE), Raul Reis Amorim (IG), Renata Cristina Gasparino (FENF) e Valentim  
15 Adelino Ricardo Barão (FOP). Justificaram ausência Prof. Daniel Albieiro (FEAGRI), Prof.  
16 Tiago Zenker Gireli (FECFAU) e Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante  
17 Discente Titular – FEEC). Estive presente o Prof. André Santanché substituindo o Prof.  
18 Luiz Fernando Bittencourt (Coordenador CPG/IC), Profa. Ângela Maria Moraes, Profa.  
19 Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), o Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor  
20 PRPG), o Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC), a Sra. Cristina Ferreira de Souza  
21 (Assessora de Gabinete da PRPG), a Sra. Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria  
22 Acadêmica da PRPG) e a Sra. Juliana Cristina Barandão (Assistente Técnica da CCPG).  
23 Havendo número legal, a **Sra. Presidente** deu início à reunião. Cumprimentou a todos,  
24 informou as justificativas de ausência do Prof. Daniel (FEAGRI), do Prof. Tiago (FECFAU)  
25 e da Sra. Maiane (Representante Discente FEEC). Anunciou a substituição do Prof. Luiz  
26 Bittencourt pelo Prof. André Santanché, coordenador do IC. Antes de colocar em  
27 apreciação a Ata da Reunião de fevereiro, disse que gostaria de fazer uma retificação na  
28 pauta daquela própria reunião. Informou, a fim de retificar formalmente, que, no Item 10 da  
29 pauta, constava o nome de Sandra Saturnino Mendes, onde deveria constar o nome Nilton  
30 Pereira dos Santos. Colocou em votação a Ata da 422<sup>a</sup> Reunião da CCPG, de 12 de  
31 fevereiro, perguntou se alguém tinha alguma observação. Não havendo manifestações,

1 colocou em apreciação e foi aprovada com 4 (quatro) abstenções. Antes de iniciar a Ordem  
2 do Dia, informou que a Profa. Ângela, professora da FEC e assessora da Pró-Reitoria de  
3 Pesquisa estava presente para fazer um informe sobre as orientações de pesquisa em  
4 relação à Plataforma Brasil, primeiro item do expediente. Passou a palavra à Profa. Ângela.  
5 **A Profa. Ângela Maria Moraes** cumprimentou os presentes e se apresentou. Informou que,  
6 no começo do ano, a PRP havia lançado a Resolução PRP 002/2025, cujo conteúdo tratava  
7 justamente da responsabilidade pela submissão de projetos de pesquisa da Unicamp na  
8 Plataforma Brasil. Comentou que todos os projetos de pesquisa, em qualquer das áreas de  
9 conhecimento, quando envolviam seres humanos, deveriam obrigatoriamente ser  
10 submetidos na Plataforma Brasil para avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos,  
11 e que não era suficiente enviar apenas para o Comitê de Ética. Disse que aquilo era válido  
12 tanto para os projetos submetidos para o Comitê de Ética em Pesquisa em si, para o Comitê  
13 de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais (CEPCHS), e para o Comitê de  
14 Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Ressaltou que tais  
15 procedimentos precisavam ser feitos por servidores do quadro efetivo da universidade,  
16 docentes ou não docentes, que fossem os responsáveis pela execução, orientação ou  
17 supervisão dos projetos. Exemplificou que não adiantava o aluno com uma dissertação de  
18 mestrado ou uma tese de doutorado fazer a submissão, e que deveria ser realmente o  
19 responsável. Comentou que a plataforma exigia diversos documentos e o preenchimento  
20 de vários itens, mas nada que fosse impossível, então não tomaria tanto tempo do próprio  
21 docente. Explicou que, alternativamente, aqueles protocolos da pesquisa poderiam ser  
22 submetidos por docentes e pesquisadores aposentados da Unicamp, que estivessem  
23 vinculados ao programa de professor e pesquisador colaborador, ao programa de  
24 pesquisador visitante convidado, ou ao programa de professor sênior e pesquisador sênior.  
25 Também poderia ser submetido por funcionários ativos da FUNCAMP, desde que todos na  
26 condição exclusiva de responsáveis pela execução, orientação ou supervisão do projeto.  
27 Disse que os alunos e demais pesquisadores que estivessem envolvidos na equipe do  
28 projeto também precisariam estar cadastrados na plataforma Brasil, e atuariam como  
29 assistentes de pesquisa, fazendo buscas, consultas etc. Retomou que a Resolução entrou  
30 em vigor recentemente, no dia 11 de fevereiro de 2025. Salientou que o pedido principal da  
31 PRP para agilizar a análise dos projetos de pesquisa era que fossem muito bem revisados

1 antes da submissão. Justificou que vinha havendo também um atraso na aprovação dos  
2 projetos, justamente porque eram submetidos com vários erros. Ressaltou ser de grande  
3 importância observar as instruções, a fim de que o projeto tivesse o menor número possível  
4 de passagens pelo protocolo de análise. Adicionou que, inclusive, estavam pensando sobre  
5 recomendar treinamentos a respeito, também para facilitar e propiciar que mais pedidos  
6 fossem aprovados logo na primeira análise, pois já estariam bem definidos em termos do  
7 conteúdo. Encerrou sua fala e agradeceu à Sra. Presidente. A **Sra. Presidente** abriu a  
8 palavra para dúvidas. Levantou que a ideia daquilo tudo era de que se tornasse um  
9 processo rápido, pois ainda não o era. Exemplificou uma de suas experiências recentes,  
10 não com a pós-graduação, mas com alunas de graduação em uma iniciação científica da  
11 FAPESP, em que também era necessário encaminhar os projetos pela Plataforma Brasil, e  
12 que ela era a responsável por encaminhar. Ressaltou que, no caso da graduação, o  
13 orientador já era o responsável e os próprios alunos não poderiam encaminhar, coisa que  
14 era possível ainda na pós-graduação. Disse que, na verdade, até era possível delegar o  
15 encaminhamento ao aluno ou aluna para, posteriormente, intervir com algum manejo,  
16 alguma resposta, algum upload de documento, e que não necessariamente era necessário  
17 ficar o tempo todo atrás da plataforma, mas que era parte da obrigação, pois havia uma  
18 série de normas e exigências a serem seguidas, até para a própria avaliação futura do  
19 trabalho. Comentou que era mais um procedimento com o qual deveriam se acostumar.  
20 Disse suspeitar que algumas áreas já faziam aquilo há algum tempo, como as áreas da  
21 saúde, que trabalhavam mais diretamente com seres humanos. Explicou que, no caso das  
22 ciências humanas, aquilo era necessário mais para pesquisas específicas, que  
23 envolvessem entrevistas, trabalho com comunidades etc. Mas de qualquer forma eram  
24 seres humanos, que era o definido pela Resolução. Disse entender a fala da Profa. Ângela  
25 muito mais como um alerta, a fim de que o procedimento fosse de fato incorporado pelos  
26 docentes, colegas e professores da pós-graduação, e que não seria algo custoso, mas sim  
27 um acerto nos termos de fazer um trabalho bem colocado. Abriu a palavra. O conselheiro  
28 **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** se apresentou, cumprimentou os presentes  
29 e agradeceu os esclarecimentos. Informou que, na FOP, havia uma grande tramitação de  
30 projetos no Comitê de Ética, e que vinha funcionando muito bem com o professor Jacques  
31 como coordenador do Comitê. Expressou estar em dúvida porque, na FOP, geralmente era

1 o aluno que aplicava o projeto na Plataforma Brasil, e agora entendia que o docente deveria  
2 fazê-lo. Questionou se seria possível, como docente, designar um aluno para ajudar na  
3 inclusão para validá-la posteriormente. A **Profa. Ângela Maria Moraes (PRP)** comentou  
4 que ela mesma tinha submetido um projeto na semana anterior. Disse que, a não ser que  
5 o docente compartilhasse sua senha com o aluno – o que não achava muito recomendável  
6 –, seria algo complicado de se fazer. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão**  
7 **(FOP)** questionou se poderia inserir o aluno como auxiliar. Comentou que a coordenadora  
8 de pesquisa da FOP disse haver a possibilidade de incluir um auxiliar, o qual poderia  
9 preencher os dados, bem como no Turnitin, e se responsabilizar apenas por validar os  
10 dados inseridos pelo auxiliar. A **Profa. Ângela Maria Moraes (PRP)** disse não sabia  
11 responder à pergunta. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** pediu  
12 licença para falar. Comentou que aquela era uma estratégia possível e bastante usada, e  
13 que a grande questão trazida pela Profa. Ângela era de que, após o procedimento, o  
14 orientador revisasse tudo. Disse entender que aquela instrução da PRP era justamente  
15 para minimizar os erros que, por exemplo, alunos que não têm tanta experiência com a  
16 plataforma pudessem deixar passar. Confirmou que era, sim, possível delegar ao aluno  
17 preencher os dados e, depois, no papel de orientador, revisar o que foi feito. O **Prof.**  
18 **Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** expressou que acharia complicado caso o  
19 docente tivesse que aplicar tudo. Exemplificou que ele próprio tinha dez alunos de pós cujos  
20 trabalhos envolviam seres humanos. Levantou uma proposta que foi discutida na FOP,  
21 questionando-se se o âmbito da discussão seria na CCPG ou em cada um dos Comitês,  
22 sobre tentar criar projetos guarda-chuva e, então, criar ementas para a inclusão de cada  
23 aluno que estivesse dentro desse guarda-chuva. Perguntou se aquilo seria visto de maneira  
24 considerável pela PRP. A **Sra. Ângela Maria Moraes (PRP)** respondeu afirmativamente.  
25 Disse que, inclusive, era uma recomendação da PRP, e que seria excelente, quando  
26 possível, agregar todos num mesmo projeto, pois agilizaria bastante o processo. Salientou  
27 que o maior problema era a grande quantidade de erros dos projetos que chegavam, e que  
28 às vezes eram erros muito básicos, por conta da inexperiência no preenchimento dos  
29 dados. Por isso mesmo era necessário inserir uma cópia da identificação do orientador,  
30 assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual era listada a equipe do  
31 projeto, como responsável. Ressaltou que, com o cuidado do professor de fazer uma

1 revisão detalhada e cuidadosa, o processo poderia ser agilizado. Disse que as solicitações  
2 ultimamente vinham sendo analisadas duas ou três vezes. Quando o projeto voltava, como  
3 tinha praticamente apenas uma reunião por mês, o processo acabava por demorar muito,  
4 resultando em muito pouco tempo para executar o próprio projeto, principalmente caso  
5 fosse uma dissertação de mestrado ou uma iniciação científica. A **Sra. Presidente**  
6 complementou que era também possível dialogar indiretamente com a própria Comissão.  
7 Exemplificou o caso do projeto que tinha acabado de descrever, em que apenas o Termo  
8 de Consentimento tinha três páginas. Imaginou que a entrevistada poderia até desistir de  
9 participar da pesquisa apenas por ter de ler tudo aquilo, o que provocou reflexões quanto à  
10 necessidade e a função de cada detalhe. Apontou que haveria a possibilidade de realizar  
11 alguns ajustes no tipo de termo, na medida do possível. Disse que, sob seu ponto de vista,  
12 quanto ao Comitê das Ciências Sociais, algumas práticas eram recentes, apesar de o  
13 próprio Comitê não o ser e a Resolução já ter alguns anos, uma vez que já faziam pesquisas  
14 e entrevistas com comunidades há um tempo, e tais protocolos não eram necessários,  
15 diferente de algumas áreas, nas quais aquilo era exigido já há muito tempo. Sendo assim,  
16 algumas práticas poderiam eventualmente ser aperfeiçoadas por meio dessa conversa com  
17 o pesquisador, enquanto em outras a Resolução seria mesmo mais fechada, então não  
18 adiantaria reclamar muito, apenas fazer o requerido. Expressou que era parte do processo  
19 e que aquilo era bastante pedagógico até para o aluno, pois ele não estaria realizando um  
20 trabalho sem os devidos cuidados com os participantes. Além de que seria muito bom para  
21 o aluno saber que os deveres e obrigações da pesquisa existiam, até porque ele seria um  
22 pesquisador maduro no futuro, e precisaria compreender que era algo necessário. O  
23 conselheiro **Prof. Raul Reis Amorim (IG)** cumprimentou os presentes e retomou a questão  
24 da série de treinamentos que seriam encaminhados. Apresentou a sugestão de fazer o  
25 treinamento com os funcionários das coordenações de pesquisa das unidades, pois, muitas  
26 vezes, para questões como FAPESP e semelhantes, os docentes acabavam por recorrer  
27 muito ao suporte daquela equipe, e poderia facilitar muito difundir o tema entre os docentes  
28 posteriormente. A **Sra. Ângela Maria Moraes (PRP)** disse que a ideia era exatamente  
29 aquela, de tentar trabalhar também na própria PRP, como era feito por exemplo em relação  
30 ao patrimônio genético, em que havia uma pessoa para responder dúvidas. Comentou que  
31 tinham várias sugestões, como uma lista de perguntas e respostas frequentes para poder

1 identificar uma dúvida e ter uma resposta objetiva mais rapidamente, tudo de forma a tentar  
2 realmente facilitar e aumentar as chances de uma aprovação mais rápida dos pedidos. O  
3 conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** cumprimentou os presentes e disse que  
4 não poderia deixar de se manifestar quanto àquele assunto. Explicou que o CEP  
5 originalmente era um órgão da FCM, que depois passou para a universidade. Expressou o  
6 absoluto descontentamento da FCM com o funcionamento do CEP. Explicou que eles eram  
7 os maiores usuários do serviço, e que a avaliação dos projetos demorava exageradamente,  
8 e que não tinha justificativa. Comentou dos pesquisadores sêniores, docentes da FCM,  
9 acostumados a apresentar projetos em várias unidades com grandes projetos, relatavam  
10 com frequência que perdiam a participação em grandes projetos internacionais financiados  
11 por conta da demora do parecer favorável da CEP em projetos que já haviam sido  
12 aprovados em Comitês Internacionais e até pelo próprio CONEP, ou seja, a CEP estava  
13 sendo mais realista do que a própria CONEP, com retornos frequentes de coisas  
14 absolutamente não cabíveis, como por conta de uma vírgula ou palavra que o revisor tinha  
15 achado inadequada, o que, a seu ver, não justificaria o retorno, e acabava em uma grande  
16 perda de projetos. Apontou que atualmente havia a necessidade de os projetos de TCC dos  
17 residentes passarem pela CEP, o que havia aumentado absurdamente a demanda. Disse  
18 que afirmavam isso em comparação ao que conheciam de outros CEPs, como da USP de  
19 Ribeirão Preto, da USP de São Paulo, da UNESP de Botucatu, da UNIFESP, e expôs que  
20 aquela demora era injustificada. Deu também o exemplo da FOP, que tinha um CEP à parte  
21 que funcionava de uma maneira bastante satisfatória, pelo relato que tinham, e frisou que  
22 era algo que a universidade deveria pensar de uma maneira rápida e eficiente. Concluiu  
23 que o CEP estava longe de ser eficiente, e representou a posição de absoluto  
24 descontentamento institucional da FCM com a atividade e o desempenho da CEP. A **Sra.**  
25 **Ângela Maria Moraes (PRP)** agradeceu as colocações do professor. Informou que  
26 estavam cientes de que poderiam melhorar bastante naquele quesito e estavam justamente  
27 tentando promover discussões e movimentações no sentido de tentar acelerar o processo.  
28 Apontou que era importante que as unidades também apontassem pessoas para atuarem  
29 nos Comitês de Ética, porque era um ponto com diversos problemas. Disse que  
30 costumavam receber indicação das pessoas pelas unidades, que elas ficavam pouco tempo  
31 e logo saíam. Frisou ser importante que as unidades, que tinham uma maior demanda nos

1 pedidos, indicassem mais pessoas para ajudar a diluir um pouco, uma vez que a  
2 universidade era grande, com quase dois mil professores e uma enorme quantidade de  
3 pesquisadores que poderiam submeter projetos para análise no CEP, o que tornava a  
4 demanda para análise de projeto muito alta. Ressaltou que estavam cientes, e que era  
5 importante que as unidades também estivessem cientes de que precisavam fazer a  
6 indicação de um número razoável de professores para ajudar a mitigar a tarefa. Agradeceu  
7 ao Prof. José. A **Sra. Presidente** complementou relatando que nunca alguém da FCM a  
8 havia abordado para expressar aquilo que o professor Guilherme expressou. Disse ser uma  
9 coisa antiga e até meio crônica, e que certamente lá era um lugar de grande demanda, no  
10 qual havia um número muito volumoso de pesquisas com seres humanos, por ser área da  
11 saúde. Disse que não sabia até que ponto o CEP conseguia dar conta de tal volume, pois  
12 havia uma das questões que o professor Guilherme apontou de que os professores  
13 atuantes às vezes não queriam fazer parte daquilo, por ser um trabalho complicado e  
14 pesado, e às vezes ficavam mesmo por alguns meses e logo iam embora, sendo que, até  
15 chegar novamente alguém e conhecer o procedimento com exatidão era um processo  
16 demorado. Refletiu se seria o caso de a CCPG encaminhar aquele descontentamento  
17 manifestado pela FCM com relação ao CEP, solicitando que talvez reorganizasse ou  
18 redimensionasse o trabalho a fazer. Disse que, caso aquela fosse uma demanda, poderiam  
19 encaminhar a mensagem por meio da Profa. Ângela. O **Prof. José Guilherme Cecatti**  
20 **(FCM)** complementou, com relação à falta de representantes apontada pela Sra.  
21 Presidente, que um dos problemas frequentemente relatados era a falta de reconhecimento  
22 institucional pela atividade acadêmica que participar de um Comitê de Ética representava.  
23 Apresentou, como alternativa, modificar aquilo para que aparecesse com maior importância  
24 nos relatórios de atividade dos docentes. Explicou que uma alternativa que vinham  
25 pregando na FCM era a possibilidade de ter um serviço pago, ou seja, profissionais  
26 contratados pela universidade ou pelas instituições que trabalhassem exclusivamente com  
27 uma capacitação técnica específica para avaliar projetos de pesquisa. Ter umas duas ou  
28 três pessoas contratadas em meio período ou período integral para realizar aquele trabalho.  
29 A **Sra. Presidente** comentou que trazer agentes externos era algo que achava mais  
30 complicado. O **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** apontou que era algo que já acontecia  
31 em outras universidades. A **Sra. Presidente** assentiu, e levantou que talvez não fosse

1 mesmo uma coisa simples de absorver. Disse não se lembrar do relatório de atividades em  
2 sua completude, sobre haver ou não uma questão sobre o Comitê de Ética, mas que seria  
3 algo bastante passível de ser computado como atividade. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer**  
4 **Morelli (Assessora PRPG)** perguntou se a colocação do professor Guilherme dizia  
5 respeito à avaliação do mérito do projeto, pois, na realidade, era um técnico pago que  
6 olhava toda a parte processual, ou a parte técnica, a parte de mérito. O conselheiro **Prof.**  
7 **José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que se referia a ambas as coisas. E que se fosse um  
8 técnico com experiência na parte de pesquisa das respectivas áreas, poderia ser técnico  
9 também, não apenas administrativo. A **Sra. Presidente** disse que teriam de avaliar a  
10 possibilidade, mas que, de qualquer maneira, iriam encaminhar a reclamação da CCPG  
11 para o Comitê de Pesquisa. A **Profa. Ângela Maria Moraes (PRP)** informou que a própria  
12 PRP estava justamente avaliando uma forma de fazer um reconhecimento melhor daquele  
13 mérito, uma vez que o número de projetos avaliados por representante era realmente muito  
14 alto. A **Sra. Presidente** agradeceu à profa. Ângela. Reiterou ao Prof. Guilherme que iriam  
15 fazer aquele encaminhamento para o CEP. Entrando na Ordem do Dia, informou que a  
16 mesa destacava os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Consultou o plenário sobre a existência de outros  
17 destaques. Não havendo, a **Sra. Presidente** submeteu à votação os demais itens não  
18 destacados da Ordem do Dia, os quais foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO**  
19 **DIA:** ITEM 7. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-  
20 GRADUAÇÃO. a PROC. Nº 39-P-5030/2025 (d). FCF – Oferecimento da seguinte disciplina  
21 como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2024: CF086 - Futuros  
22 Biomateriais para a Saúde Humana - Turma A. Carga Horária Total: 15 horas no vetor teoria  
23 (1 crédito). Período: 1º semestre de 2025. Oferecimento: Professor Participante  
24 Temporário: Prof. Dr. Pedro Edson Fardim (KU Leuven - Bélgica). Fls. 18 a 27. (Deliberação  
25 CCPG Nº 23/2025). b) PROC. Nº 04-P-6209/2025 (d). FEA - Alteração no catálogo vigente  
26 de 2025, para criação da disciplina TP412 – “Sistemas Alimentares e Mudanças  
27 Climáticas”. Fls. 28 a 38. (Deliberação CCPG Nº 24/2025). ITEM 8. RECONHECIMENTO  
28 DE DIPLOMA ESTRANGEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO – LUÍSA NASSIF  
29 PIRES. PROC. Nº 01-P-34397/2024 (d). IE – Fls. 39 a 49. (Deliberação CCPG Nº 25/2025).  
30 ITEM 9. SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL PARA CREDENCIAMENTO  
31 COMO DOCENTE PERMANENTE EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE

1 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EXTERNA PROFA. PATRÍCIA BORGES  
2 BOTELHO GAMBA. PROC. Nº 36-P-6530 (d). FCA – Fls. 50 a 57. (Deliberação CCPG Nº  
3 26/2025). ITEM 10. ACORDOS: a) ACORDO DE SUBVENÇÃO ENTRE A UNICAMP  
4 (IE)/UNIVERSITE DE TECHNOLOGIE DE COMPIEGNE (UTC)/EACEA E TERMO  
5 ADITIVO Nº 1 AO ACORDO DE SUBVENÇÃO. Processo Digital 26P-42337/2024.  
6 Convênio 95519. IE – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer  
7 Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 58 a 489. (Deliberação CCPG Nº 27/2025). b) ACORDO  
8 DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE  
9 MESQUITA FILHO”, A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS E A FUNDAÇÃO SÃO  
10 PAULO/PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PROGRAMA  
11 INTERINSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN  
12 TIAGO DANTAS. Processo Digital 09P-52321/2023. Convênio 94824. IFCH – Parecer  
13 favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG).  
14 Fls. 490 a 519. (Deliberação CCPG Nº 28/2025). c) ACORDO DE COTUTELA A SER  
15 FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FCA) E A UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL) -  
16 SR. PEDRO FELIPE JACYNTHO DOS SANTOS – FCA. PROC. 36-P-43189/2024 (d). FCA  
17 - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da  
18 PRPG). Fls. 520 a 551. (Deliberação CCPG Nº 29/2025). ITENS DESTACADOS: ITEM 1.  
19 REPRESENTANTE DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO PARA COMPOR O NÚCLEO DE  
20 APOIO À IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS  
21 NA PÓS-GRADUAÇÃO EM 2025. (Deliberação CCPG Nº 17/2025). ITEM 2. INDICAÇÃO  
22 DE REPRESENTANTES DISCENTES (TITULAR E SUPLENTE) DA CCPG PARA  
23 COMPOR A COMISSÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DOCENTE (PED) EM 2025.  
24 (Deliberação CCPG Nº 18/2025). ITEM 3. INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES  
25 DISCENTES (TITULAR E SUPLENTE) DA CCPG PARA COMPOR O CONSELHO DE  
26 ORIENTAÇÃO DO FAEPEX EM 2025. (Deliberação CCPG Nº 19/2025). ITEM 4.  
27 INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DISCENTES (TITULAR E SUPLENTE) DA CCPG  
28 PARA COMPOR O CONSELHO CONSULTIVO DO SISTEMA DE ARQUIVOS  
29 (CONSUL/SIARQ) EM 2025. (Deliberação CCPG Nº 20/2025). Dando sequência para a  
30 Ordem do Dia, informou que os itens destacados de 1 ao 4 diziam respeito à indicação dos  
31 representantes discentes para as Comissões, que havia sido suspendida na reunião

1 anterior para que pudessem se organizar. Informou que as indicações já haviam sido feitas,  
2 então colocou os quatro itens em conjunto para avaliação, como forma de facilitar a reunião.  
3 Informou que o Item 1, para o Núcleo de Ações Afirmativas na Pós, foi indicada como titular  
4 a Sra. Carolina Galina e suplente a Sra. Rebeca Rosas. Para o Item 2, para a Comissão  
5 PED, do Programa de Estágio Docente, foi indicada como titular a Sra. Maiane Neto, já  
6 conhecida, porém ausente, e como suplente a Sra. Angélica Toledo. Para o Item 3, para o  
7 Conselho de Orientação do FAEPEX, a titular indicada foi a Sra. Cassandra Maia e dois  
8 suplentes, o Sr. Lailson de Souza e o Sr. Éricles Lima. Para o item 4, para o Conselho  
9 Consultivo do Sistema de Arquivos (SIARQ), foi indicada como titular a Sra. Angélica Toledo  
10 e como suplente o Sr. Éricles Lima. Expressou que aquilo se tratava apenas de fazer a  
11 indicação para que pudessem aprovar os itens. Colocou em votação os Itens 1, 2, 3 e 4 da  
12 Ordem do Dia, que foi aprovado por unanimidade. ITEM 5. REGIMENTO INTERNO DA  
13 COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (CCPG) – Para Aprovação. (Deliberação  
14 CCPG Nº 21/2025). Informou que o Item 5 dizia respeito ao Regimento Interno da Comissão  
15 Central de Pós-Graduação. Relatou que a CCPG tinha muitos anos de vida, sendo um  
16 órgão do Conselho Universitário há muitos anos, porém nunca teve seu Regimento Interno  
17 elaborado e aprovado, e que estavam naquele momento colocando para apreciação da  
18 CCPG o Regimento Interno de seu funcionamento, definido a partir do próprio Regimento  
19 do Conselho Universitário. Explicou que não era uma cópia exata, mas que era muito  
20 análogo ao próprio Regimento do CONSU, embora com algumas especificidades da CCPG.  
21 Perguntou se alguém tinha alguma observação a fazer. Esclareceu que na verdade aquilo  
22 fazia parte de um processo de organização da CCPG, que não tinha um Regimento próprio,  
23 e agora teria, na medida da avaliação dos presentes. O conselheiro **Prof. Marco Lucio**  
24 **Bittencourt (FEM)** cumprimentou os presentes e apontou uma correção de texto a ser feita,  
25 no Título 1, Organização da Comissão Central de Graduação, em que deveria constar “Pós-  
26 Graduação”, na primeira página. A **Sra. Presidente** disse que seria corrigido e agradeceu.  
27 Perguntou se havia mais alguma observação. Não havendo, colocou em votação o primeiro  
28 Regimento Interno da CCPG, que foi aprovado por unanimidade. ITEM 6. INSTRUÇÃO  
29 NORMATIVA CCPG 01/2025 QUE DISPÕE SOBRE O INGRESSO DE ALUNOS EM  
30 PERÍODOS DIFERENTES DAQUELES ESTABELECIDOS PELO CALENDÁRIO  
31 ACADÊMICO DA PÓS-GRADUAÇÃO. FI. 17. (Deliberação CCPG 22/2025). A Sra.

1 Presidente informou que o item se tratava da Instrução Normativa a respeito do que tinham  
2 discutido na reunião anterior, referente a um fluxo contínuo de matrícula, inicialmente  
3 partindo de uma demanda do IG. Explicou que, após uma série de conversas com a DAC  
4 pensando no funcionamento dos programas, elaboraram uma Instrução Normativa que  
5 abriria dois períodos a mais de ingresso, um a cada semestre, de modo a responder  
6 algumas demandas que pareciam ser mais regulares em diversos programas, às vezes  
7 relacionadas a editais específicos do CNPq ou até outras agências, ligados a convênios  
8 com empresas e demais demandas institucionais do programa, em que os alunos  
9 precisavam esperar até certo mês da pós-graduação para poder ingressar. Daquele modo,  
10 ele poderia ingressar a pedido do programa com as justificativas apresentadas, bem como  
11 orientado pela DAC. Explicou que o aluno estaria inscrito na dissertação, defesa ou  
12 seminário de tese e iniciaria a disciplina em momento regular, no início do semestre.  
13 Denotou que a demanda do IG era de que esse fosse um fluxo contínuo, o que implicaria  
14 em uma mudança de Regimento, então entenderam que o mais adequado seria fazer  
15 primeiramente um experimento com aquela nova normativa dos dois períodos a fim de  
16 absorver as demandas. Disse que, caso os programas apresentassem demandas  
17 adicionais, de mais períodos, a questão poderia ser revisitada e discutida uma mudança  
18 regimental, mas de qualquer forma era válido o período de teste com os novos períodos  
19 que a DAC incorporou ao sistema a partir daquelas demandas. Abriu a palavra. O  
20 conselheiro **Prof. Raul Reis Amorim (IG)** disse achar que muito da demanda do IG vinha  
21 do Programa de Geociências, por conta dos grandes projetos com petroleiras etc. Recordou  
22 ter comentado na reunião anterior sobre os intervalos serem exatamente no período entre  
23 a primeira e a segunda parte do semestre, de acordo com o calendário da DAC. Apontou  
24 que, apesar de ter sido criada a Instrução Normativa, não foi necessariamente definido o  
25 período em que o processo seria realizado, e perguntou se a definição do período seria de  
26 responsabilidade do próprio programa. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
27 **(Assessora PRPG)** comentou que a ideia hipotética era ser entre maio, setembro e  
28 outubro, mas que na verdade o programa seria sim responsável por definir. Exemplificou  
29 que, caso surgisse uma demanda para abril, poderia ser aberto. Relembrou que, para  
30 editais nos quais os candidatos passavam por uma avaliação, aquilo continuava valendo  
31 para indicar à DAC o aluno para um ingresso formal do programa sem uma nova avaliação.

1 Exemplificou o caso de um edital do CNPq, em que os alunos já eram avaliados, então não  
2 seria necessário um ingresso pelo processo seletivo do programa. O conselheiro **Prof. Raul**  
3 **Reis Amorim (IG)** exemplificou o Edital Pró-África. Comentou que, ao menos no IG, era  
4 muito comum um aluno da Unicamp fazer cotutela fora. Entretanto, recentemente, vinham  
5 recebendo cada vez mais alunos que iniciavam fora e vinham se matricular na Unicamp.  
6 Comentou que ele mandava os pedidos de matrícula manuais. Perguntou se, mesmo com  
7 aquela Instrução, o sistema não iria abrir e ainda deveria ser feito um pedido manual. A  
8 **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** esclareceu que havia a  
9 oportunidade de fazer formalmente mais um período. O conselheiro **Prof. Raul Reis**  
10 **Amorim (IG)** compreendeu que, então, seria algo a ser cadastrado no sistema. Agradeceu.  
11 A **Sra. Presidente** apontou que os Artigos 2, 3 e 4 tratavam sobre aquilo, e envolvia a  
12 demanda e responsabilidade do programa para requerer o novo período. Explicou que o  
13 período não estaria no calendário, porque não era uma data fixa, e sim uma exceção aberta  
14 justamente para contemplar as demandas que as coordenações apresentassem. Explicou  
15 que era quase como um fluxo contínuo, mas não do tipo que regularia um novo fluxo a  
16 ponto de mudar o Regimento. Então, para que não fosse necessário alterar o Regimento,  
17 iriam experimentar o período com a Instrução Normativa, o qual já seria capaz de atender  
18 muitas demandas. Perguntou se já poderia colocar em votação. O conselheiro **Prof. Marco**  
19 **Lucio Bittencourt (FEM)** expressou que não entendia qual problema iriam resolver com  
20 aquela Instrução. Disse que não era contrário a ela, mas que, se existiam casos como os  
21 apontados e houvesse a intenção de inserir um doutorando sob sua orientação, já era  
22 possível atualmente realizar tal processo na DAC. Relembrou que, sim, era uma exceção,  
23 mas já era possível fazê-lo sem a Instrução. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
24 **(Assessora PRPG)** respondeu que havia um entendimento de que não seria possível com  
25 a FAPESP, pois não haveria um processo seletivo como havia em um edital do CNPq, por  
26 exemplo. Então aquele constituiria um caso para o ingresso alternativo, pois a FAPESP não  
27 tinha essa opção. Ressaltou que eram casos de editais públicos que constituíam uma  
28 exceção à matrícula manual. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** disse  
29 que não era bem assim, pois, na FAPESP, por exemplo, quando havia um projeto temático,  
30 era possível fazer a indicação do bolsista posteriormente, não era necessário indicá-lo a  
31 priori. Ou mesmo que não fosse FAPESP, mas um convênio com empresa, como o que foi

1 apresentado, ainda era possível fazê-lo. Opinou que abrir um processo intermediário  
2 adicional de seleção nos programas poderia trazer mais dificuldade. Comentou que essa  
3 era uma opinião compartilhada pelos coordenadores dos programas na FEM. Reiterou que  
4 não era contra experimentar, mas que achava que, naquele caso, os programas deveriam  
5 então criar um fluxo contínuo, que seria algo mais simples do abrir mais dois períodos, algo  
6 que sempre envolvia todo o processo de inscrição e seleção do candidato. A **Sra.**  
7 **Presidente** ressaltou que era exatamente por conta daquilo, para que não fosse necessário  
8 alterar o Regimento. Explicou que, para que houvesse um fluxo contínuo de ingressos, não  
9 haveria edital e período de seleção, seria como um edital aberto para todos o tempo inteiro,  
10 então aconteceria uma seleção adicional, e sim um ingresso contínuo no programa. Disse  
11 que, se fosse essa a intenção da universidade, ela teria de mudar seus Regimentos, pois  
12 não aconteceria mais a seleção como bem conheciam. Esclareceu que aquela proposta era  
13 para poder regulamentar o que era chamado de exceção ao calendário, e não ao que faziam  
14 naturalmente, pois vários tinham convênio ou editais nos quais entravam, se aplicavam,  
15 ganhavam bolsas pelo CNPq ou editais de empresas, mas editais que tinham seleções. A  
16 diferença era que os alunos poderiam ingressar especificamente a partir daquele período  
17 requerido pela coordenação. Reiterou que, se fosse um fluxo contínuo, seria necessária  
18 uma mudança regimental. O conselheiro **Prof. Raul Reis Amorim (IG)** explicou que sugeriu  
19 aos programas do IG, pelo menos ao da Geociências, que abrissem o edital de seleção,  
20 porque não era porque tinha um projeto da Petrobras que o professor selecionava, e que  
21 talvez ele tivesse que ter um cronograma parecido com o que era o PRINT, primeira janela  
22 de seleção, segunda janela de seleção, terceira janela, por semestre. Foi aquela a sugestão  
23 que deu para o IG, pois por mais que eles recebessem duas bolsas da Petrobras, aquele  
24 aluno teria que se inscrever naquele edital, a Comissão teria que avaliar o projeto, realizar  
25 entrevista, para poder fazer a matrícula. A **Sra. Presidente** respondeu que era exatamente  
26 aquele caso. O conselheiro **Prof. Raul Reis Amorim (IG)** disse que aquela era a orientação  
27 que a Coordenação Geral do IG passou para a Geociências, que eles iriam ter que abrir  
28 um edital com cronogramas específicos de seleção, porque o aluno iria ter que passar por  
29 aquele edital. A **Sra. Presidente** disse que o Prof. Raul fez uma boa analogia, seria o  
30 mesmo caso do PRINT. Iriam abrindo períodos distintos. Passou a palavra para o Prof.  
31 Paulo. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** cumprimentou os presentes e

1 expressou que, no caso do IE, vinham fazendo alguns pedidos em caráter excepcional para  
2 matrícula de alunos fora de período. Disse que, normalmente, no caso do IE, eram alunos  
3 estrangeiros que vinham do exterior pelo Global Labor University, um programa da GLU, e  
4 por vezes não tinham certeza se poderiam vir ou não. Disse que acabavam conseguindo  
5 por fim se organizar e chegar ao Brasil, mas chegavam com certo atraso em relação ao  
6 momento da matrícula oficial, eram alunos selecionados por editais. Disse que poderiam  
7 incluir aqueles alunos nesse período, então, para que não fosse necessário requerer um  
8 por um, já que eles já teriam sido selecionados via edital específico. A **Sra. Presidente**  
9 expressou que a oportunidade era exatamente para aqueles casos. Disse que não era algo  
10 que os programas deveriam usar obrigatoriamente, mas que era para cobrir demandas  
11 como aquelas, de alunos selecionados por editais da Petrobras, Global Labor etc., que não  
12 chegavam a tempo da matrícula regular. Disse que era para contemplar todos aqueles  
13 casos. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** assentiu e concordou que, de tal  
14 forma, ficaria mais burocraticamente acertado, e que poderia funcionar bem para eles. A  
15 **Sra. Presidente** reiterou que a ideia era de organizar aquelas exceções que escapavam  
16 do prazo do calendário. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** assentiu e  
17 agradeceu. A **Sra. Presidente** colocou em votação a Instrução Normativa CCPG Nº  
18 01/2025, sobre os prazos adicionais de ingresso de alunos de pós-graduação, que foi  
19 aprovada por unanimidade. Finalizada a Ordem do Dia, seguiu para o Expediente. Sobre o  
20 relatório do notório, que tinha sido aprovado na reunião anterior com a intenção de já ser  
21 encaminhado para as instâncias superior, disse, a caráter informativo, que os  
22 procedimentos tiveram de ser alterados após uma conversa com a Procuradoria Geral, pois  
23 o notório saber exigiria uma mudança estatutária da universidade, o que envolveria outros  
24 procedimentos, e não simplesmente encaminhar o relatório para a CEPE ou depois para o  
25 CONSU. Explicou que seria necessário um documento mais denso, com justificativas, e  
26 que era algo que o próprio grupo de trabalho já estava providenciando junto à PRPG, e  
27 deveria conter uma proposta de formato de mudança para adicionar no Estatuto o notório  
28 saber, que então seria submetido à PG para avaliação do formato e encaminhado  
29 diretamente ao CONSU. Explicou que o item que tratava de concessões de títulos também  
30 seria um deles, e seria necessária toda a justificativa em papel encaminhada à Procuradoria  
31 Geral, para então adquirir um formato de artigo e poder ser colocada em apreciação ao

1 Conselho Universitário. Sobre o Acordo de Cooperação Acadêmica, passou a palavra para  
2 a Profa. Cláudia. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** explicou  
3 que o Acordo de Cooperação Acadêmica com a Universidade Estadual do Amazonas era  
4 um desdobramento do interesse em fazer convênios com a Unicamp pelo CAPES Global,  
5 o qual ainda não sabiam como seria direcionado ou quando teria seu edital lançado, mas  
6 já estavam ansiosos por tal cooperação. Expressou que, embora não soubessem como  
7 seria o edital do CAPES Global, seria já interessante, para criar uma rede de cooperação  
8 acadêmica, que a questão fosse levada para cada unidade para que avaliassem se  
9 realmente havia interesse pela cooperação acadêmica, por oferecer disciplinas juntos, por  
10 firmar acordo com a pós-graduação e com a pesquisa. Denotou que estavam à disposição  
11 para dialogar e fazer essa ponte, e sugeriu que pensassem a respeito daquela  
12 oportunidade, pois a Universidade Estadual do Amazonas era uma universidade ativa, com  
13 muito recurso, e que realmente precisava do apoio que a Unicamp poderia prover. Pediu  
14 novamente que levassem a questão para cada unidade, disse que passariam para os  
15 interessados o site ou o folder que trouxeram, para que pudessem ver as disciplinas deles,  
16 os cursos, a fim de firmar uma parceria e dar andamento àquele convênio. A **Sra.**  
17 **Presidente** complementou informando que não tinham nenhuma informação pública para  
18 nenhuma universidade sobre como seria o CAPES Global, talvez nem a própria CAPES  
19 soubesse ainda, mas sabiam que ele existiria no futuro. Informou que o próprio Fórum de  
20 Pró-Reitores se mobilizou para socializar algumas informações entre as universidades na  
21 medida do possível, e realizaram um censo de programas das estaduais que poderiam, em  
22 um momento futuro do lançamento do CAPES Global, esclarecer as possibilidades de  
23 associação entre universidades, já que não havia informação de como seria. Informou que  
24 a intenção original era ter vinte polos institucionais, e que talvez fossem associados aos  
25 objetivos da ODS, mas que não era claro como aquilo poderia virar associação de  
26 programa, porque não era tão simples transformar a instituição em programa. Frisou que  
27 esse desconhecimento vinha provocando algumas mobilizações que poderiam ser úteis  
28 para a universidade de outra forma. Informou que estavam realizando na Unicamp um  
29 levantamento de todos os possíveis convênios que tinham, não apenas com Minters,  
30 Dinters e PCIs, mas também os de pesquisa com outras universidades. Disse que isso  
31 poderia fornecer um panorama sobre com quem a Unicamp já conduzia uma associação,

1 e com quem poderia conduzir, pois o CAPES Global subentendia que os programas de  
2 excelência das instituições seriam os polos das possíveis associações entre elas, e por  
3 conta disso, entendiam que a Unicamp seria polo de várias coisas. Disse que, entretanto,  
4 se fossem apenas vinte, não sabia como iria acontecer em relação aos demais polos de  
5 excelência do país, que contava com muitos, como na USP e em algumas federais.  
6 Reiterou que, por conta daquela falta de informação, ao menos estavam tentando deixar  
7 mais organizado, se informando sobre com quais instituições a Unicamp já trabalhava, e  
8 com quais tinha interesse em trabalhar e conduzir essas iniciativas. Relembrou que a  
9 Universidade Estadual do Amazonas estava muito entusiasmada em trabalhar com a  
10 Unicamp, em todas as áreas que tinham ou gostariam de ter, e por isso era o título de início  
11 daquela discussão, mas que estavam trazendo aquela observação de expediente porque,  
12 em algum momento, tinham enviado aos coordenadores de programa uma planilha a ser  
13 preenchida que o próprio Fórum de Pró-Reitores havia elaborado, a fim de mapear quais  
14 programas existem e o que faziam para, assim, quando o edital do CAPES Global fosse  
15 lançado, já seria possível ter algo pronto. Sobre a Associação de Universidades do Grupo  
16 de Montevideo, passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi**  
17 **(Assessor PRPG)** lembrou que a CAPES havia lançado um edital do Grupo Montevideo  
18 no ano anterior, do qual a Unicamp fazia parte, em que iriam ser aprovados quatro projetos,  
19 com 20 milhões de reais no total, 5 milhões para cada projeto, incluindo mobilidade  
20 estudantil e de professores. Disse que foram submetidos 213 projetos, dos quais a Unicamp  
21 submeteu 8. Informou que o resultado deveria ter saído em dezembro, mas adiaram para  
22 fevereiro, e adiaram novamente para março, então era esperado até o fim de março que  
23 tivesse o resultado de ao menos um projeto aprovado. Informou também que em março  
24 sairia o resultado parcial do CNPq Bolsas, o PIBPG, e que a partir do dia em que o resultado  
25 fosse divulgado para a Pró-Reitoria, haveria 10 dias para recorrer do resultado. Disse que  
26 o resultado sairia em abril, e era esperado que a bolsa fosse implementada no fim de abril  
27 para ser recebida já em maio. A **Sra. Presidente** concordou que, em geral, o CNPq não  
28 mudava tanto as datas tal como a CAPES, que tinha o costume de postergar, e que aquela  
29 era a previsão que tinham. Informou que o PAPG, o Plano de Aperfeiçoamento da Pós-  
30 Graduação, estava em atraso. Explicou que dizia respeito às estaduais públicas paulistas,  
31 e era necessário que a CAPES e a FAPESP entrassem em acordos, o que levou um certo

1 tempo e envolveu uma certa desinformação. Após entrarem em acordo, firmaram termos  
2 entre cada universidade e a FAPESP, uma vez que o acordo grande com a CAPES já havia  
3 sido assinado pelos reitores em novembro do ano passado. Disse que aquela informação  
4 tinha chegado naquela semana, e que o referido documento do PAPG iria para a PG para  
5 avaliação, que precisava da assinatura do reitor e uma série de tramitações para ser  
6 implantado. Disse que a intenção era lançar o edital naquele mesmo semestre para  
7 programas que, eventualmente, já tivessem feito sua organização no novo plano de  
8 mestrado e quisessem abrir seleção em agosto. Mencionou que ainda parecia haver uma  
9 onda de dúvidas sobre como o plano deveria ser feito, e informou que no dia 19 estaria no  
10 IFCH fazendo uma reunião para explicações sobre o PAPG, e convidou os demais a  
11 participarem. Questionou se os coordenadores teriam interesse em fazer uma nova reunião  
12 com os possíveis programas aderentes ao PAPG para expor quais eram os procedimentos  
13 necessários e o que constaria no edital interno da Unicamp. Relembrou que não era um  
14 programa para a Unicamp inteira, e sim por adesão dos cursos de excelência, e que haveria  
15 um edital por ano, e o programa que não pudesse, não quisesse ou não tivesse tempo de  
16 se organizar para agosto, não haveria problema, porque poderia se inscrever no edital do  
17 ano seguinte. Disse acreditar que seria o caso da maioria dos programas, porque todos  
18 estavam ocupados fazendo Sucupira e não teriam tido tempo de pensar em mudanças e  
19 adaptações no programa no meio do relatório quadrienal, então tinha uma noção de que as  
20 adesões de fato dos programas aconteceriam mais no ano seguinte, que também seria o  
21 ano para o qual a FAPESP consideraria qualquer complementação de bolsa, pois ela não  
22 estava fazendo nada naquele ano, e isso fazia parte do contrato. Observou novamente que  
23 os acordos entre CAPES e FAPESP atrasaram, tanto atrasos formais como de negociação,  
24 financiamentos etc. Comentou que era algo que deveria ter acontecido bem antes, mas  
25 como só havia se acertado naquele momento, prosseguiriam a dar sequência. O  
26 conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** questionou se não seria  
27 interessante que a apresentação no IFCH fosse transmitida online, para que fosse possível  
28 convidar todas as pessoas a acompanharem online. A **Sra. Presidente** disse não estar  
29 certa de como seria a reunião do IFCH, se era muito própria e institucional. A conselheira  
30 **Profa. Nashieli Cecília Rangel Loera (IFCH)** esclareceu que já haviam discutido a  
31 respeito, e que teriam dúvidas específicas dos programas do IFCH para, enfim, fazer uma

1 troca com a professora Rachel. A **Sra. Presidente** afirmou que a ideia do Prof. Cláudio era  
2 boa, e que talvez fizessem uma reunião online mais completa, mas que não seria aquela  
3 do IFCH, e que todo mundo pudesse participar. Explicou que, àquela altura do ano, todo  
4 mundo estava ocupado, e que muita gente não poderia ir. A conselheira **Profa. Nashieli**  
5 **Cecília Rangel Loera (IFCH)** comentou novamente que era voltado mais para dúvidas  
6 específicas, e que para uma apresentação e uma troca mais ampla seria interessante uma  
7 nova reunião, até porque o tempo deles era restrito dentro da reunião da CPG. A **Sra.**  
8 **Presidente** comentou que então não seriam grandes conversas, e que realizariam a própria  
9 reunião eventualmente, online, sobre PAPG, para contemplar todos os pontos. Perguntou  
10 se alguém tinha alguma dúvida. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)**  
11 perguntou se a data da reunião online seria definida naquele momento. A **Sra. Presidente**  
12 disse que poderiam sugerir uma data boa, opinou que talvez as quartas-feiras fossem os  
13 melhores dias. Disse que, ao entregar a Sucupira, realizariam a reunião. O conselheiro  
14 **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** assentiu. A **Sra. Presidente** seguiu a lista para o item  
15 referente ao catálogo de pós-graduação. Concedeu a fala à Sra. Juliana. A **Sra. Juliana**  
16 **Cristina Barandão** referiu um ofício circular enviado pela Sra. Cristina que dizia respeito  
17 ao preenchimento do catálogo. Explicou que, após conversarem com a DAC, notaram que  
18 aquela informação aprovada em 2023 não estava sendo seguida, e que vários campos não  
19 estavam sendo preenchidos. Informou que iriam enviar um ofício para cada CPG apontando  
20 o que faltava no sistema para o catálogo proposto de 2026 das unidades em relação ao  
21 que deveria constar no SIGA. Disse que coletaram alguns dados com a DAC, e que, na  
22 discussão de 2023 notaram que diversas disciplinas nunca sequer tinham sido oferecidas.  
23 Disse que criaram até uma tabelinha, e exemplificou o caso de três disciplinas criadas em  
24 1974 que nunca foram oferecidas. Frisou que seria ideal os programas se atentarem àquilo  
25 que constava nas tabelas, com as totalizações de cada unidade, para conferir quais eram  
26 as disciplinas que nunca haviam sido oferecidas. Disse que havia várias desde os anos 70,  
27 e por isso o pedido de atenção ao catálogo. Disse que talvez nem houvesse uma justificativa  
28 para criar a ementa daquelas várias disciplinas para o catálogo de 2026, mas checar a  
29 pertinência de mantê-las no catálogo, uma vez que não foram oferecidas em cinquenta  
30 anos. Apontou que todas as unidades tinham disciplinas que nunca haviam sido oferecidas,  
31 tanto criadas recentemente como há muito tempo, e era por isso que insistiam para que as

1 unidades tivessem aquele cuidado. Comentou que, quando se falava do catálogo, poderia  
2 parecer uma insistência em algo sem muita importância, mas que era sim necessário  
3 revisar. Pontuou que uma das expectativas era de que tudo aquilo, relativo às disciplinas,  
4 estivesse preenchido para o catálogo de 2026 até o prazo do dia 29 de julho. Disse acreditar  
5 que era tempo suficiente para as unidades inserirem os dados diretamente no sistema. A  
6 **Sra. Presidente** expressou que a ideia era conseguir higienizar o catálogo, pois havia  
7 coisas de cinquenta anos ali. Imaginou que algum colega poderia alegar que tirar alguma  
8 poderia ser prejudicial se precisassem voltar àquele assunto, o que não caberia, mas  
9 tinham argumentos naquela direção. Achava que deveriam ter um certo cuidado com aquilo,  
10 porque o catálogo era imenso e ele era vazio ao mesmo tempo. Então era uma imensidão  
11 vazia que queriam organizar. Aquele era o esforço que a PRPG, que a Sra. Juliana estava  
12 fazendo e que gostariam de colaboração. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
13 **(Assessora PRPG)** disse que, no sentido de colaborar com os programas, iria junto com  
14 aquele e-mail a planilha informando onde estava faltando informação. Então, não iriam  
15 precisar procurar no sistema, já estavam mandando aqueles dados na planilha. Solicitou  
16 que olhassem aquele espaço vazio, preenchessem, porque estavam num esforço de tornar  
17 o catálogo totalmente internacional, que ele pudesse ser de capa a capa, português, inglês  
18 e espanhol. Aquela era uma conversa a longo prazo com a DAC, que realmente demandava  
19 um tempo. Havia aquele esforço conjunto da PRPG e da DAC naquele sentido, mas  
20 dependiam totalmente que as unidades colocassem as informações. Para realmente  
21 facilitar, já iriam mandar onde estava faltando a informação. A **Sra. Juliana Cristina**  
22 **Barandão (PRPG)** informou que deveriam inserir direto no sistema, que estava aberto para  
23 a elaboração do catálogo proposto para 2026, e que as unidades poderiam inserir até o dia  
24 29 de julho, pois a PRPG não tinha condições de fazê-lo. Disse que as informações faltantes  
25 estariam disponíveis na planilha, mas que deveriam inserir o que estivesse faltando  
26 diretamente no sistema. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)**  
27 ressaltou aos coordenadores que não era para preencherem a planilha e mandarem para  
28 a PRPG, e sim inserir direto, e a planilha seria apenas para conferir o que estava faltando.  
29 O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** perguntou se aquelas informações iriam  
30 também para a Secretaria Acadêmica além da coordenação. Celebrou a resposta  
31 afirmativa, pois aquilo facilitaria tudo. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora**

1 **PRPG)** reafirmou que seria enviado ao coordenador geral, pois gostariam que o próprio  
2 assumisse aquela responsabilidade de alertar o programa, indicando o que estava faltando.  
3 A conselheira **Profa. Nashieli Cecília Rangel Loera (IFCH)** perguntou para a Sra. Juliana  
4 se iriam receber aquelas tabelas todas. Considerou o fato de que o IFCH tinha dez  
5 programas de pós-graduação, o que resultava em 185 disciplinas sem informações. E ela  
6 gostaria de apresentar aqueles dados na CPG. A **Sra. Presidente** disse que seria  
7 interessante apresentar aqueles dados, se quisessem causar impacto. A conselheira **Profa.**  
8 **Nashieli Cecília Rangel Loera (IFCH)** disse que iria destacar em vermelho. A **Sra.**  
9 **Presidente** respondeu que seria bom. Passou para a Profa. Melissa. A conselheira **Profa.**  
10 **Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** perguntou se, o catálogo estando em três idiomas,  
11 os alunos conseguiriam baixar o histórico deles também em três idiomas. Justificou sua  
12 pergunta porque os alunos frequentemente solicitavam à coordenação que fizesse uma  
13 tradução, e expressou que não fazia aquele tipo de serviço, e que sempre indicava para  
14 que, se a DAC não fornecia, que fizessem uma tradução juramentada, pois não era  
15 obrigação da coordenação ficar traduzindo. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
16 **(Assessora PRPG)** expressou que a intenção seria chegar àquele ponto, começando pelas  
17 ementas e nome de disciplina, mas que ainda levaria um tempo para a totalidade. Enfatizou  
18 que a ideia final era de fazer capa a capa. Informou que tiveram uma reunião com a DAC,  
19 como a Sra. Juliana apontou, com os representantes que trabalhavam com o catálogo com  
20 o exato objetivo de chegar ao ponto em que o aluno pudesse simplesmente chegar e  
21 imprimir tudo corretamente. Lembrou, no entanto, que, para isso, era necessário que  
22 cada um fizesse sua parte. A **Sra. Presidente** disse que iria seguir para o Pró-  
23 Equipamentos, que seria só uma informação. Informou que encaminharam o projeto, o que  
24 seria coordenado pelo professor Cláudio, do IB, e pelo professor Elias, da PRPG. O Sr.  
25 Bruno estava fazendo a grande coordenação ali das demandas e de como isso vai  
26 acontecer. Não sei se o Bruno quer falar alguma coisa sobre o projeto, mas já  
27 encaminhamos para a CAPES. O prazo seria 17 de março, mas ele já foi encaminhado, já  
28 estava tudo pronto. O Sr. **Bruno Alves (PRPG)** disse que não tinha muitos acréscimos  
29 ainda, mas já tinha começado a produção de um documento para orientar as unidades,  
30 porque até aquele momento receberam a demanda dos itens. Quando o projeto fosse  
31 aprovado pela CAPES, iriam executar, e daí iria precisar do apoio das unidades, para

1 respeitar a questão dos orçamentos, toda aquela burocracia para compra e aquisição  
2 efetiva. Disse que uma boa notícia que tiveram numa reunião recente com a CAPES, era  
3 que o projeto poderia sofrer alteração durante a sua vigência. Se achassem necessária  
4 alguma alteração do que foi pedido, poderiam fazer uma retificação justificada. Comentou  
5 que deram alguns esclarecimentos, que achava que era um momento oportuno de  
6 ressaltar, em relação às cotações dos produtos. Na prestação de contas aquela informação  
7 iria ser válida para qualquer tipo de auxílio. Informou que os auxílios firmados a partir de  
8 2024, obedeciam ao teto novo de 59 mil de licitação. Então, só precisariam ter orçamento  
9 para aquisições acima daquele valor, mas a observação repassada na reunião foi de que  
10 quando eles conferiam a prestação de contas, eles checavam o fornecedor. Citou como  
11 exemplo algo mais simples, como a compra de passagem aérea, que normalmente era  
12 comprada da mesma empresa, que era a mais rápida e com menor custo em várias  
13 passagens. Para todas as passagens compradas teriam que pedir os três orçamentos,  
14 porque na hora de conferir a CAPES vai consolidar e ver tudo o que pagou para o mesmo  
15 fornecedor, várias vezes. Ainda que cada passagem, para quem teve auxílio antes de 2024,  
16 que o teto era de R\$ 17.600,00, se somar todas aquelas passagens e extrapolar o valor,  
17 terá que ter na prestação de contas os três orçamentos de cada compra individual. Não era  
18 por item, era por fornecedor. Aquela era a análise que eles fariam no fechamento da  
19 prestação de contas. Disse que considerou aquela informação um dado precioso, e que  
20 gostaria de compartilhar com os coordenadores. Informou que eles também pediriam na  
21 prestação de contas um relatório fotográfico das compras, no caso dos equipamentos.  
22 Informou que a PRPG iria instruir as unidades também a providenciar. Reforçou que só  
23 poderiam comprar o que foi encaminhado na planilha, mas como existia a possibilidade de  
24 retificação, ficava mais tranquilo, para a unidade que quisesse amadurecer a ideia do que  
25 desejava adquirir, se houvesse necessidade de alteração. E a garantia de que comprariam  
26 produtos que iriam ser entregues. Aquela era uma preocupação grande e só iriam fazer o  
27 pagamento depois de receber o produto. Esperava que em breve a CAPES respondesse  
28 aprovando o projeto, que era bem extenso e diverso, com mais de 130 linhas na proposta.  
29 Agradeceu. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** perguntou se  
30 aquilo também valeria para o PROEX, com relação à prestação de contas. O **Sr. Bruno**  
31 **Alves** respondeu que na apresentação eles não falaram dos programas de fomento

1 especificamente, da modalidade de repasse AUXPE. Então, independente se era PROEX,  
2 PROAP ou Pró-Equipamentos, todos receberiam o recurso via AUXPE. E aquela era uma  
3 orientação da equipe que confere a prestação de contas do AUXPE. Então sim, entendia  
4 que PROEX também teria que observar aqueles procedimentos. O conselheiro **Prof.**  
5 **Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** disse que sempre fizeram três orçamentos, mas  
6 depois veio uma informação que não precisava. E obviamente compravam de um mesmo  
7 fornecedor várias vezes. O **Sr. Bruno Alves** disse o exemplo que eles deram foi, da  
8 aquisição de um equipamento de 40 mil e depois de uma segunda compra de um  
9 equipamento de 30 mil. Teoricamente, para o primeiro equipamento, não precisaria dos três  
10 orçamentos, porque o teto para aquele AUXPE que a gente vai firmar é de 59 mil. Mas  
11 como adquiriu um segundo equipamento do mesmo fornecedor, que a soma dos dois  
12 equipamentos extrapolava o limite que dispensava, e que deveria ter providenciado os três  
13 orçamentos originalmente. Então, por aquele motivo que estava compartilhando aquele  
14 cuidado. Porque o AUXPE normalmente tinha vigência de dois anos, podendo ser  
15 prorrogado, e não poderia imaginar o que iria executar para o futuro. Então, era importante  
16 ter a cautela de pedir sempre os três orçamentos, porque eu sabia se iria precisar comprar  
17 novamente do mesmo fornecedor. Era uma garantia. A **Sra. Presidente** agradeceu e  
18 passou a palavra para a Profa. Melissa. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato**  
19 **Vieira (FEQ)** disse que o Sr. Bruno comentou o prazo de dois anos para AUXPE, mas que  
20 a FAPESP, e tinha descoberto da pior maneira possível, também juntava se era o mesmo  
21 fornecedor, só que naquele caso, eram compras no mesmo mês. Ou assim, virou o mês,  
22 mas dias próximos. Disse que só foi saber no final da prestação de contas, num projeto  
23 anterior, que precisaria de três orçamentos, mesmo de itens diferentes, mas se foi para o  
24 mesmo fornecedor e ultrapassasse o valor. Mas tinha aquele prazo. Tipo, se eu fizesse um  
25 pedido hoje e outro em seis meses, ela não teria aquela cobrança. Mas se fosse perto, ela  
26 entenderia que você dividiu a compra para poder comprar do mesmo fornecedor. Então a  
27 CAPES também tinha aquele entendimento de divisão ou com o prazo de dois anos ficaria  
28 complicado. O **Sr. Bruno Alves** disse que a fala da equipe de prestação de contas foi  
29 exatamente naquele sentido, que a conferência seria feita pelo CNPJ na prestação de  
30 contas ao final do prazo daquele auxílio. Eles não fizeram recorte de tempo na fala deles.  
31 Disse que aquela informação o deixou mais preocupado, porque tinha aquela visão de que

1 poderia caracterizar fracionamento, e eles estavam entendendo daquela forma, que era um  
2 fracionamento. Então, por aquele motivo, a Pró-Reitoria, sempre tinha o cuidado de pedir  
3 três orçamentos. Disse que antes de assumir já era assim também. Então, acho que era  
4 cauteloso manterem aquela prática, independente da aquisição, para garantir a lisura do  
5 processo no futuro. Porque estavam falando de CAPES que mudava também de ideia no  
6 meio do caminho. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** disse  
7 achar que cabia exceção, porque também sempre pediam no programa três orçamentos.  
8 Mas, por exemplo, manutenção de equipamentos, tinham equipamentos da Shimadzu, e  
9 quem iria fazer manutenção era a Shimadzu, do equipamento. O **Sr. Bruno Alves** respondeu  
10 que tinha exclusividade. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)**  
11 perguntou se no caso de Exclusividade, caberia exceção. O **Sr. Bruno Alves** respondeu  
12 que não estava entrando naquela questão, que a exceção da exclusividade era cabível,  
13 sim. Mas teria que fazer a carta de exclusividade, porque não teria os orçamentos, ou a  
14 dificuldade em conseguir outros fornecedores, quando era o caso, uma carta de justificativa.  
15 Então, tinha vírgulas e vírgulas na prestação de contas, mas de maneira genérica,  
16 assustava. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** disse que senão  
17 o coordenador ficaria rendido. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Sr. Bruno e disse que  
18 passaria para o acordo da Wiley com a CAPES. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
19 **(Assessora PRPG)** disse que em uma das reuniões que participaram do FOPROP, a Sra.  
20 Andrea, que coordenava o Portal CAPES, na sua apresentação, informou que a CAPES  
21 fez um acordo com a Wiley acordos transformativos. Tinham mais de mil revistas para as  
22 quais poderiam aplicar e não precisariam fazer o pagamento. Disse que gostaria de chamar  
23 a atenção que o acordo transformativo era somente para as revistas híbridas. As revistas  
24 que eram *open access* não entravam naquele acordo. Mas, até a Andrea chamou a atenção  
25 para isso, que a própria Wiley mandou um e-mail para vários pesquisadores, para várias  
26 universidades, de que os pesquisadores teriam um desconto de 55% nas revistas  
27 totalmente abertas. Pediu que tomassem cuidado, que, na realidade, não poderiam pagar  
28 os outros 45% restantes com dinheiro da CAPES. Se tiverem recurso FAPESP ou outros  
29 recursos, poderiam optar por fazer um acordo pagando os 45% para publicação numa  
30 revista totalmente aberta. Enfatizou que o acordo da Capes com a Wiley era para revistas  
31 híbridas somente, mas já era alguma coisa. Disse que estavam engatilhando outros

1 acordos, inclusive com a Springer, que deveria sair em breve. O conselheiro **Prof. Valentim**  
2 **Adelino Ricardo Barão (FOP)** disse que o seu questionamento era aquele mesmo, porque  
3 quando leu o que a CAPES enviou, entendeu que era só para revista híbrida. Porquê da  
4 ACS, pelo seu entendimento, era tanto revistas híbridas quanto revistas open. Perguntou  
5 se estava certo o entendimento da ACS. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
6 **(Assessora PRPG)** respondeu afirmativamente. O conselheiro **Prof. José Guilherme**  
7 **Cecatti (FCM)** disse que sua fala era no mesmo sentido. Que ele, pessoalmente, não via  
8 tanta vantagem daquele acordo servir só para a híbrida, porque o interessante para a pós-  
9 graduação seria que contemplasse justamente as full open. A híbrida já era híbrida, e já  
10 tinham aquela alternativa. Disse que uma sugestão para a CAPES, como seria com a Taylor  
11 & Francis, que era completo, que pudesse ser para todas as revistas. A **Profa. Cláudia**  
12 **Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** disse que precisava falar uma coisa da Taylor  
13 & Francis. Como a Melissa falou, descobriu também da pior maneira, mas na realidade,  
14 que eles tinham aquele acordo transformativo, mas a Taylor & Francis adquiriu outras três  
15 revistas recentemente, entre elas a Dove Press. E na época em que fez a submissão do  
16 seu projeto, submeteu para a Dove, porque viu que era parte da Taylor & Francis. Quando  
17 recebeu uma cobrança, uma proforma, escreveu para a revista, e eles responderam que  
18 aquela editora não fazia parte do acordo com a Unicamp. Disse que escreveu para a  
19 biblioteca, foi por onde submeteu, e falaram que não fazia parte. No final, acabaram  
20 percebendo que eles deveriam ter avisado a biblioteca ou deveriam ter avisado a instituição,  
21 que eles não faziam parte do acordo, e acabou sendo isenta daquele APC. Mas se  
22 prestarem atenção, na biblioteca naquele momento já constava a informação que a Taylor  
23 & Francis tem três outras editoras que foram adquiridas, que hoje fazem parte da Taylor &  
24 Francis, mas que não fazem parte do acordo transformativo. Disse, inclusive, que falou com  
25 o Márcio no dia anterior para colocar na parte da Wiley, que eles listassem quais eram os  
26 acordos com a CAPES, que era para revista híbrida. Porque às vezes não prestavam  
27 atenção, submetiam, e depois ficavam com um problema para resolver. O conselheiro **Prof.**  
28 **José Guilherme Cecatti (FCM)** perguntou se mesmo para Taylor & Francis tinha um  
29 número X por ano. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)**  
30 respondeu afirmativamente, que havia um número X por ano. Disse que na Wiley era  
31 ilimitado, mas restrito às híbridas. A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira**

1 **(FEQ)** perguntou se tinha algum acordo com a Elsevier. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer**  
2 **Morelli (Assessora PRPG)** respondeu que a Sra. Andreia falou que estavam tentando,  
3 mas era um acordo muito difícil. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** disse  
4 que ficou só com uma dúvida. Se na revista híbrida poderia fazer a submissão por  
5 assinatura ou por acesso aberto. Se por acesso aberto não precisariam pagar a taxa. A  
6 **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** respondeu afirmativamente. O  
7 conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** perguntou só se fosse exclusivamente  
8 aberta que aí teriam o desconto 55%. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora**  
9 **PRPG)** respondeu que teriam o desconto 55%, mas não poderiam pagar com recurso da  
10 Pós, por exemplo. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** disse que  
11 só queria, na verdade, elogiar aquela ação da CAPES, porque achava que iria mudar muito  
12 o cenário enquanto curso de pós-graduação, enquanto expressão até da publicação  
13 brasileira. Porque se sentia literalmente naquela síndrome de pobre, porque publicavam um  
14 artigo e aí, mesmo que não fosse uma revista totalmente open, mas teriam a possibilidade  
15 de deixá-la open, que as pessoas iriam olhar de maneira muito mais simples, baixar de  
16 qualquer lugar, e achava que iria ter uma visibilidade muito grande da publicação brasileira.  
17 A **Sra. Presidente** respondeu que aquela era a intenção de todo aquele processo, de  
18 aumentar a visibilidade do que produziam, que não era pouca coisa, mas que não tinham  
19 muito acesso para tudo. Informou que o expediente estava encerrado e passou a palavra  
20 para o Prof. Guilherme. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que  
21 gostaria de fazer um informe e um convite. A FCM estava programando para o final daquele  
22 mês e início do próximo, a chamada Semana da FCM, e no dia 01 de abril, que era terça-  
23 feira, iriam ter uma mesa da pós-graduação, com a participação da Profa. Raquel, como  
24 Pró-reitora, falando sobre os novos desafios na pós-graduação da Unicamp. Iriam ter o  
25 Prof. Antônio Gomes Souza Filho, que era o diretor da avaliação da CAPES, falando da  
26 CAPES e a nova avaliação dos programas de pós-graduação. Iriam ter a Profa. Concepta  
27 Pimentel, que era gerente de colaborações de pesquisas da FAPESP falando de pesquisa,  
28 inovação e conhecimento de políticas. E iriam ter um professor que era egresso dos  
29 programas de pós-graduação da FCM, que venceu o prêmio Egresso da Pós-Graduação  
30 da Unicamp, e era professor titular da USP, falando sobre o papel de ter feito uma pós-  
31 graduação na Unicamp e o que isso representava para a academia. Disse que iria mandar

1 para a PRPG depois o link para inscrição. Só não tinha enviado ainda porque estavam na  
2 dependência de ver o tamanho do evento para ver em qual auditório seria realizado. Mas a  
3 princípio todos os coordenadores de programas e de PGs que estivessem interessados  
4 para fazer perguntas para aquelas pessoas e ouvi-las, estavam convidados a participar  
5 daquela sessão, que seria no dia 01 de abril, no período da manhã, na FCM. A **Sra.**  
6 **Presidente** agradeceu novamente o convite do professor Guilherme para fazer parte  
7 daquele evento, que iria ser bem importante. Esperava que alguém pudesse ir também,  
8 porque achava que seria muito profícuo. O conselheiro **Prof. Raul Reis Amorim (IG)** disse  
9 que tinha dúvida dos coordenadores de programa do IG. A Cristina, aqui da Pró-Reitoria,  
10 mandou um e-mail indicando que o preenchimento do Sucupira nas unidades seria até o  
11 dia 18. Só que ontem eles receberam o ofício dos coordenadores de área, dando o prazo  
12 até o dia 24. A pergunta era se a Pró-Reitoria manteria dia 18 ou iria estender mais uma  
13 semana. A **Sra. Presidente** disse que precisavam de um tempo, porque, na verdade,  
14 quando falavam que a Pró-Reitoria teria que homologar, não era apertar o botão, precisam  
15 ler o documento que mandavam naquele último formulário. Não liam para conferir ou para  
16 policiar o que os programas estavam escrevendo, não se trata daquilo, mas porque poderia  
17 faltar alguma coisa, ou poderia ter algo que não deu certo. Então a gente confere um por  
18 um, e demorava. Quando falavam que precisavam de uma semana, era porque precisavam  
19 de um tempo maior para fazer aquilo corretamente. Poderiam tentar aumentar um dia a  
20 mais para as pessoas, mas de fato precisavam daquele tempo para a conferência de cada  
21 programa. Tratava-se de um cuidado. Iriam mandar um e-mail sobre o assunto, mas  
22 dificilmente iriam seguir o calendário que as coordenações disseram, senão não iriam ter  
23 tempo. Disse esperar que compreendessem. A conselheira **Profa. Nashieli Cecília Rangel**  
24 **Loera (IFCH)** disse que queria pedir novamente o apoio da PRPG, porque achava que a  
25 DERI não estava conseguindo acompanhar as mudanças e demandas que estavam  
26 chegando. Citou como exemplo que teriam uma missão grande de professores indo para  
27 um evento no México, do IFCH, e o México exigia visto. Disse que fez a mediação de ligar  
28 para a DERI para perguntar se poderiam dar algum apoio ou suporte, dar os contatos do  
29 Consulado, porque não atendiam, tentou várias vezes. Informaram um e-mail, mas era o  
30 que já tinha. Quando entrou em contato, estava pensando em um apoio um pouco mais  
31 direto, porque eram 15 pessoas, e talvez 13 trâmites de visto que precisariam serem feitos.

1 Disse que tive que jogar a sua carta de mexicana no Consulado de São Paulo para poder  
2 ter acesso, porque a DERI não conseguiu, não deu a informação. Disse que até aquele  
3 momento não entendia muito bem qual era o papel da DERI. Já tinha falado disso outras  
4 vezes, porque todas as vezes que tentou obter apoio para receber professores,  
5 pesquisadoras, inclusive pelo projeto PINT, não tinha resposta. Precisou fazer toda a  
6 comunicação, entrar em contato, e queria fazer aquela observação, porque achava que  
7 teria que ter um suporte melhor, enfim, mais sensível da DERI para a internacionalização  
8 da Unicamp, que não estava dando conta. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor**  
9 **PRPG)** disse que teve o mesmo problema com a DERI quando pediu o seu visto para o  
10 México, porque pelo site não conseguia agendar. E só atendiam 20 pessoas por dia no  
11 Consulado Mexicano em São Paulo. E naquela época fez uma pressão na DERI e  
12 conseguiu que o vice-consul mandasse um e-mail marcando um horário. Só foi assim que  
13 consegui, mas foi difícil. A conselheira **Profa. Nashieli Cecília Rangel Loera (IFCH)**  
14 perguntou se foi pela DERI. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. Disse que faria  
15 um comentário, que num passado, não recente, quando ainda chamava CORI, a DERI tinha  
16 uma Coordenação de Relações Internacionais que tinha um serviço de vistos. Para alguns  
17 lugares era mais complicado, como era o caso do Canadá, naquela época, do próprio  
18 México, que eles faziam uma certa intermediação. Isso não acontecia mais, ou por falta de  
19 funcionários, porque foi mudando o perfil. Para alguns lugares e para algumas viagens eles  
20 até faziam alguma intermediação, mas eles não tinham mais aquele serviço. Disse que já  
21 solicitaram que tivesse, mas achava que aquilo significaria ter funcionários, ter aquelas  
22 intermediações definidas, que era um outro esforço. Entendo e se solidarizava, acho que  
23 era um problema sério, porque ficavam na dependência de prazos e, às vezes, não  
24 conseguiam. Na verdade, ninguém estava pedindo muita coisa, não estava pedindo para  
25 que alguém fosse tirar o visto, estavam pedindo na verdade que alguém os ajudassem a  
26 marcar um horário. Eram questões que poderiam ser mais facilmente resolvidas. Iriam  
27 tentar de novo falar com eles. A conselheira **Profa. Nashieli Cecília Rangel Loera (IFCH)**  
28 disse que poderiam criar certos protocolos, porque aí não dependeriam das pessoas que  
29 estavam na DERI, mas que tivesse informações básicas, com contatos para cada país, na  
30 própria página da DERI. A **Sra. Presidente** disse que às vezes existia um contato da  
31 instituição com o consulado. Não sabia se iria continuar com os Estados Unidos, mas até

1 um tempo atrás, no caso norte-americano, tinha uma pessoa que atendia os pedidos mais  
2 acadêmicos. Porque aquilo viabilizava a ida para um congresso ou para uma reunião que  
3 era imediata, não precisavam esperar o tempo do turista normal. Isso existia para alguns  
4 lugares, não sabia se continuaria existindo. Mas achava que aquele era o ponto, de ter  
5 algum canal que os tirassem da fila do turista, que estava descomprometido de prazo, e os  
6 colocassem em outra fila. Não era necessariamente um privilegiamento, mas era um outro  
7 tipo de demanda, porque não era alguém que estava sem emprego, não era alguém que  
8 precisava demonstrar que iria para ficar um tempo definido e voltaria. O conselheiro **Prof.**  
9 **Marco Lucio Bittencourt (FEM)** disse que queria fazer um coro para trazer um chorinho lá  
10 dos programas da FEM também por mais alguns dias do relatório. Sugeriu estender até  
11 domingo, dia 23. A **Sra. Presidente** perguntou ao Prof. Cláudio se ele também faria coro  
12 aquele choro. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** respondeu  
13 afirmativamente, que a sua intervenção era por influência da Sucupira. Achava que os  
14 coordenadores estavam nervosos e ansiosos com tanta coisa para fazer. E no Instituto de  
15 Biologia, a Secretaria tinha sido renovada no quadro de funcionários e nos programas, dos  
16 coordenadores dos seis programas, quatro coordenadores eram marinheiros de primeira  
17 viagem. Então o desespero era total mesmo, porque não tinham apoio na Secretaria, tinham  
18 que depender do apoio de outras pessoas que já foram coordenadores, mas que  
19 obviamente, naturalmente, tinham uma aversão muito grande pela plataforma. Disse que  
20 os coordenadores sugeriram que, se possível, quando chegasse naquela parte de fazer o  
21 fechamento, que tivessem um grupo dos coordenadores que estivessem fazendo o  
22 Sucupira, para que pudesse servir, de terapia em grupo, para poder ter acesso às outras  
23 pessoas e tentar tirar algumas dúvidas nesse aspecto. A segunda coisa, era que no IB, o  
24 calendário PED coincidia muito com o período que todo mundo estava de férias, e  
25 impactava na reunião para poder fazer atribuição de bolsas. Disse que todo mundo teve  
26 que interromper as férias para poder fazer a reunião. Pessoalmente, não tinha nenhum  
27 problema em fazer a atribuição nas férias, mas precisava de funcionário que fizesse e do  
28 posicionamento de outros coordenadores, e ficava numa situação extremamente chata, de  
29 ter que pedir para a pessoa interromper o seu período de férias. Sabia que era muito difícil,  
30 e que não tinha muitas alternativas, mas se a gente pudesse pelo menos tentar pensar em  
31 melhorar o calendário. Pode ver que isso tudo fosse reflexo da Sucupira, professora, porque

1 está todo mundo desesperado com a Sucupira e qualquer coisa que você peça para fazer  
2 a mais eles falavam que não tinham tempo. E o terceiro assunto, que acontecia muito no  
3 IB, mas não tinha certeza se acontecia nos outros lugares, era que muitas vezes tinha uma  
4 disciplina que quero convidar um docente do próprio IB, que pertence a outro programa do  
5 IB, e não conseguia atribuir a carga horária para aquele professor que deu aquela aula  
6 dentro da disciplina, porque ele era de um programa diferente. Disse que antes conseguia  
7 fazer, mas alguma coisa no meio do caminho, de uma migração do SIGA que mudou, e não  
8 conseguia mais fazer. Tinha um monte de professores, por exemplo, que ministravam aula  
9 no PROFBIO, e não conseguia atribuir a carga horária ao professor, porque ele não era do  
10 PROFBIO. Antes era permitido e não sabia por que tinha mudado, mas estava sendo muito  
11 lamentável. O professor já não era do programa e teria que fazer o favor de ministrar aquela  
12 aula. Agradeceu. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** respondeu  
13 que achava que antes teria que fazer um cadastro daquele professor para poder atribuir a  
14 carga como professor convidado. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** respondeu  
15 que provavelmente ele não estava credenciado para o curso, por isso que não estava  
16 conseguindo. Teria que credenciar ele. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo**  
17 **Werneck (IB)** respondeu que eram pessoas que não necessariamente iriam orientar dentro  
18 do programa. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** respondeu que não precisava  
19 orientar. Ele teria que estar credenciado para dar aula. O conselheiro **Prof. Raul Reis**  
20 **Amorim (IG)** disse que ele seria temporário participante, se não estava enganado. Lá no  
21 IG faziam isso. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** disse que  
22 tinha uma categoria para aquilo. A **Sra. Presidente** passou a palavra para a Profa. Melissa.  
23 A conselheira **Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ)** disse que era para falar  
24 também do choro, de quanto estavam realmente sobrecarregados com a Sucupira. Não  
25 sabia dos demais coordenadores, mas a FEQ recebeu uma solicitação de informação bem  
26 extensa, sem a menor condição de resolver, com prazo de 20. Disse que ou fazia a Sucupira  
27 ou respondia a uma solicitação de formação. Perguntou se havia alguma sugestão para o  
28 assunto. A **Sra. Presidente** respondeu que iriam abrir o prazo até o dia 20 para a entrega  
29 do Sucupira. Pediu que enviassem o resumo. Disse à Profa. Melissa que a demanda por  
30 solicitação tinha sido generalizada. Que havia conversado com o solicitante, que era aluno  
31 da Faculdade de Educação, que ele tinha feito as solicitações para o trabalho de doutorado

1 dele da pior maneira possível e no pior momento. A demanda pode até ser legítima, porque  
2 eram dados da pós-graduação, mas naquele momento e com aquele prazo específico, com  
3 toda a carga de atividades, era o pior momento. Disse que ele não concordou, mas  
4 entendeu a sua colocação. Respondeu que a sugestão da PRPG era priorizar a Sucupira,  
5 sem dúvidas. A conselheira **Profa. Cristiane Machado (FE)** cumprimentou os presentes e  
6 disse que iria tentar contribuir com o caso. Respondeu que no caso da Faculdade de  
7 Educação, ele não só não gostou da resposta de que não havia condições de atender a  
8 solicitação naquele momento, como recorreu, como receberam como resposta um aviso de  
9 que teriam cinco dias para responder. No caso da FE, ele estava solicitando as atas da  
10 CPG de 2016 a 2024, ou seja, quase 90 atas em 10 anos. E aquilo era referente a apenas  
11 um pedido. Disse que ligou na procuradoria e recebeu a orientação de responder dizendo  
12 que não tinha condição de atender, explicando que estavam com o Sucupira e outros  
13 processos da pós-graduação, como a seleção de bolsistas. Só para o doutorado, que não  
14 tinham bolsa nenhuma, tinham 80 inscritos, mais 50 inscritos no mestrado. Disse que  
15 enviaram o mesmo documento para a Procuradoria Geral pedindo manifestação sobre a  
16 proporcionalidade do pedido e a pertinência em relação aos aspectos éticos. Por exemplo,  
17 a ata falava de assuntos que ele poderia precisar, mas também falava de dados sensíveis  
18 da vida dos estudantes e docentes. Disse que queriam um respaldo da Procuradoria  
19 naqueles dois aspectos principalmente. Mas também queria acionar o Comitê de Ética,  
20 porque queria saber qual seria a ética na pesquisa em levantar dados a partir daquele  
21 recurso. A **Sra. Presidente** disse que para o momento era responder que os programas  
22 estavam priorizando a Sucupira, sem a menor dúvida. Achava que nesse meio de caminho  
23 teve um certo desvio de função do que era o SIC. Disse que o SIC nunca foi pensado para  
24 aquele tipo de demanda, embora ela não fosse ilegítima, não era a forma adequada do  
25 aluno pedir informação para a sua pesquisa. O próprio sistema deveria ter feito um filtro.  
26 Tinha o desvio da função do próprio aluno, que não era assim que se fazia pesquisa.  
27 Achava que naquele imbróglio todos estavam envolvidos, porque ele estava pedindo para  
28 todos os programas. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** pediu para  
29 complementar a fala da Profa. Rachel e comentou que lembrava de ter tido uma reunião de  
30 departamento que foi gravada e votada um assunto. Dois meses depois, teve uma reunião  
31 em que o mesmo assunto foi revogado, e, de certa forma houve questionamento do que

1 tinha sido falado na primeira. Disse que pediu acesso à gravação da reunião do seu  
2 departamento, ou seja, do material utilizado para fazer a ata e teve o acesso negado pela  
3 procuradoria. E como agora poderiam liberar a ata de reuniões de tanto tempo. Ficava  
4 parecendo que não estavam fazendo absolutamente nada e que poderiam para todo o  
5 tempo do mundo para atender à solicitação do aluno. A **Sra. Presidente** concordou e disse  
6 que estava absolutamente solidária com toda aquela reclamação. Disse que que tinha uma  
7 prioridade colocada pela CAPES, pela PRPG e pela coordenação dos programas, que era  
8 o Sucupira. A conselheira **Profa. Cristiane Machado (FE)** disse que iriam o Comitê de  
9 Ética, porque no nosso caso da pós-graduação acadêmica, ele só pedia os documentos, e  
10 não fazia perguntas subjetivas ou qualitativas. Mas para o PECIM ele questionava o que o  
11 programa pensava sobre as cotas. Era uma pergunta que se enquadraria como uma  
12 entrevista, e nesse caso, caberia a discussão sobre a ética na pesquisa. E dependendo do  
13 uso do documento, o Comitê de Ética teria que ser acionado. O conselheiro **Prof. Paulo**  
14 **Sérgio Fracalanza (IE)** perguntou se talvez não fosse o caso de ninguém responder. A  
15 **Sra. Presidente** disse que não sabia qual era a penalidade de não responder ao SIC.  
16 Desconhecia aquele processo. Sugeriu que respondessem que a partir de tal data poderiam  
17 analisar o documento. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** disse que tinham  
18 pensado em fazer uma resposta parcial. O que eu iria mandar, na realidade, eram os editais,  
19 a forma que tinha feito a seleção de cotistas. Poderiam também não responder  
20 absolutamente nada, se pactuassem aquela decisão de ninguém. A **Sra. Presidente**  
21 sugeriu que poderiam fazer uma resposta padrão. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio**  
22 **Fracalanza (IE)** concordou que poderiam sugerir uma resposta padrão. Disse que estava  
23 pensando em responder que tinham um edital que foi estabelecido para aprovação, para a  
24 seleção de cotistas, e enviar o edital. Informar que os resultados dos processos seletivos  
25 se encontravam nas páginas do Instituto de Economia. Disse que pensou daquela forma,  
26 porque não tinha como responder. Tem coisas ali, inclusive, que não tinham nenhuma  
27 forma de responder em nenhum momento. A conselheira **Profa. Lígia de Moraes Antunes**  
28 **Correia** disse que na Faculdade de Educação Física, o diretor ficou extremamente  
29 preocupado e ele imediatamente consultou mais algum outro diretor, que não sabia quem  
30 era, e responderam explicando que estavam no momento da Sucupira e pediram um tempo  
31 maior para a SIC. Não tiveram resposta até aquele momento, mas poderia depois consultar.

1 A **Sra. Presidente** respondeu que iriam dar dez dias, que era o procedimento regular. Mas  
2 também não ajudava. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira Rocha** disse que na FEA  
3 optaram por responder no último dia, com uma resposta padrão para os quatro programas,  
4 dizendo que a pessoa poderia consultar as informações no local, mediante a apresentação  
5 do protocolo de aprovação do Comitê de Ética. A **Sra. Presidente** disse que era um bom  
6 modelo de resposta. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira Rocha:** disse que escreveria  
7 para apresentar no dia seguinte na CPG e depois poderia encaminhar para os demais  
8 coordenadores. A **Sra. Presidente** agradeceu. A conselheira **Profa. Nashieli Cecília**  
9 **Rangel Loera (IFCH)** disse que estava preocupada, pois não tinham recebido nenhuma  
10 solicitação. A **Sra. Presidente** respondeu que poderia ter sido encaminhada para a direção.  
11 O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** disse que queria reforçar a sugestão  
12 de checar no CEP se o projeto foi aprovado. A **Sra. Presidente** concordou e disse que a  
13 resposta sugerida pela Profa. Liliana talvez fosse a principal medida naquele momento. O  
14 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** cumprimentou os presentes e disse que ficou se  
15 perguntando sobre a legitimidade de questões como aquela, porque para todo mundo  
16 aquela era a primeira, mas a FT já tinha recebido outras. E não tinha filtro. Não sabia se  
17 tinha nas outras universidades, mas a Unicamp criava um negócio para ficar dando trabalho  
18 para os outros. E assim, qualquer cidadão teria a prerrogativa de perguntar qualquer coisa,  
19 e eram obrigados a responder. Aquilo era loucura. Eles perguntavam coisas sobre as quais  
20 não tinham estatística. Nem a CAPES fazia aquele tipo de pergunta. Comentou que outro  
21 dia uma pessoa mandou lá eles uma requisição sobre quantos laboratórios no estilo living  
22 labs tinham. Disse que não sabia o que era e precisou consultar para responder a  
23 solicitação. Recebiam um monte de coisas da ouvidoria, simplesmente tudo o que chegava  
24 eles encaminhavam, sem nenhum filtro. Ficavam respondendo as solicitações e depois não  
25 recebiam feedback. Disse que em geral os canais de reclamação geram protocolos nas  
26 instâncias até chegar na ouvidoria, última instância que resolve e depois apura  
27 internamente os procedimentos, mas a da Unicamp, recebe reclamação de aluno da  
28 graduação que não gostou da nota, sem que tivesse passado pelo docente, pela comissão  
29 de graduação, acionando esse canal diretamente e anonimamente. A ouvidoria  
30 encaminhada para a direção, que encaminha para a coordenação e só depois descobrem  
31 o que estava acontecendo. Com o Sucupira e outros processos que precisavam fazer, não

1 teriam como para as atividades para gerar estatísticas que não tinha para alimentar a  
2 pesquisa de um aluno. A **Sra. Presidente** disse que o Prof. Enelton tinha razão. O fato era  
3 que tinham canais que deveriam existir, como a Ouvidoria e o serviço de informação do  
4 cidadão, o SIC. O problema era que não estavam questionando a existência daqueles  
5 órgãos, mas as pessoas não sabiam para que eles serviam. O aluno teria que saber que  
6 se ele tem uma nota que ele quer reclamar, ele não tem que ir à Ouvidoria, ele tem que ir  
7 à coordenação, ou ele tem que ir ao seu orientador. Enfim, tinham canais acadêmicos para  
8 os quais ele teria que se remeter antes de qualquer outra coisa. Agora, se ele foi maltratado,  
9 ou aconteceu alguma outra coisa, não seria de nível institucional, como o caso de uma nota,  
10 por exemplo, ou até o caso de um projeto, que existem canais próprios para isso. As  
11 pessoas não sabiam. Então, quando o Enelton falou, eu achava que a Unicamp tinha um  
12 monte de coisa que as pessoas não sabiam o que fazer, disse que faltam manuais. Não  
13 sabia se seria o caso de criar manuais de condução dos problemas para as pessoas  
14 saberem onde elas tinham que se remeter quando o problema era aquele. De repente, o  
15 mundo dos direitos ou das reclamações faz com que todo mundo confunda tudo. Uma  
16 grande confusão de tudo e que caia no colo dos professores que estavam ocupados com  
17 outras tarefas e afazeres. Entendia a revolta e reclamações das pessoas. Sugeriu que  
18 respondesse a mesma coisa que a Profa. Liliane iria repassar. Não havendo mais nenhuma  
19 manifestação, nenhum comunicado ou aviso sobre as unidades, agradeceu a presença de  
20 todos, declarando assim por encerrada a Reunião da Comissão.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **425ª**  
**Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 9 de  
abril de 2025.